

## Região tem 125 escolas em lista de programa cívico-militar

### SEGUNDO VEREADOR DE SP

# Região possui 125 escolas em relação de programa cívico-militar; Pasta negra

Um total de 125 escolas do Grande ABC estariam entre as elegíveis do programa no governo do Estado de São Paulo. A informação consta em documento divulgado pelo vereador da cidade de São Paulo, Toninho Vespoli (Psol), contestado pela Secretaria de Educação. Na lista, São Bernardo seria a cidade com mais unidades aptas (48), seguida por Santo André (38), Diadema (14), Mauá e Ribeirão, com nove cada. **Setecidades 3**

# Região tem 125 escolas em lista de programa cívico-militar

Documento divulgado por vereador do Psol não foi confirmado pela Secretaria de Educação; colégios escolhidos serão conhecidos em breve

Um total de 125 escolas do Grande ABC estariam entre as elegíveis para o programa de escolas cívico-militares do governo do Estado de São Paulo. A informação consta em um documento divulgado pelo vereador da cidade de São Paulo Toninho Vespoli (Psol). Apesar de trazer o da Seduc (Secretaria de Educação) e do governo, no entanto, a lista publicada no site oficial do psolista foi contestada pela Pasta – a Seduc afirma que o documento não foi divulgado pelo governo e, portanto, não é verdadeiro.

“A Secretaria esclarece que não houve lista prévia de unidades escolhidas para integrar o programa”, afirma a nota enviada ao Diário.

O prazo para que as escolas do Estado apresentassem candidatura para integrar o programa se encerrou na última sexta-feira (28). No entanto, as informações sobre quais colégios de fato demonstraram interesse ainda não foram divulgadas. “Agora, com base nas manifestações, as unidades interessadas poderão aprovar ou não o modelo jun-

to às comunidades escolares”, explica o comunicado.

De acordo com a lista publicada no site do vereador, São Bernardo seria a cidade com mais escolas elegíveis (48 unidades), seguida por Santo André (38), Diadema (14), Mauá (9), Ribeirão Pires (9) e São Caetano (7). Rio Grande da Serra não foi citada.

Apoiador do projeto, o vereador de Santo André Rodolfo Donetti (Cidadania) afirma que a mudança agregará valor à formação pessoal dos alunos. “No Paraná, onde há algumas escolas cívico-militares, diversos pais enaltecem e gostam demais porque (o programa) é pautado por princípios, valores e respeito. O militarismo traz isso para nós. Os filhos voltam com outro pensamento, ganham discernimento. Nosso objetivo é justamente trazer isso às nossas crianças, respeitando a liberdade das famílias que quiserem continuar com o ensino convencional”, detalha.

#### PROTESTO

A subsede de Santo André da Apeesp (Sindicato dos



Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), que é contra a implantação do programa, promove uma manifestação hoje, às 17h30, na Concha Acústica da cidade. “O governador de São Paulo deixou a cargo das direções escolares que manifestassem interesse na implementação do

projeto em suas respectivas escolas, sem nenhum debate amplo com a comunidade escolar e passando por cima da soberania dos conselhos de escola eleitos e compostos por professores, alunos, funcionários, pais e gestão escolar, buscando aprovar à toque de caixa esse enorme ataque repres-



**MUDANÇA.** Expectativa da Educação é que o programa seja implantado em entre 50 e 100 escolas em 2025. Vereador de Santo André, Rodolfo Donetti (no detalhe) diz que projeto é “pautado por valores”

sivo”, afirma a entidade.

#### JUSTIÇA

Na última sexta (28), a AGU (Advocacia-Geral da União) defendeu que a lei do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) para instituir as escolas cívico-militares seja declarada inconstitucional,

em manifestação relacionada à ação direta de inconstitucionalidade apresentada pelo Psol ao STF (Supremo Tribunal Federal).

O programa prevê a contratação de policiais militares e bombeiros aposentados para funções administrativas e de vigilância nas escolas. Pelo projeto, eles também cuidarão do desenvolvimento de “atividades extracurriculares de natureza cívico-militar”.

A AGU afirmou que a lei é incompatível com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e com a Constituição Federal.

De acordo com a AGU, “a Constituição não prevê qualquer forma de atuação da Polícia Militar em políticas públicas de educação ou atividades de apoio, assessoramento ou suporte à oferta da educação escolar básica”.

No dia 24 de junho, o ministro do STF Alexandre de Moraes deu prazo de dez dias para que o governador de São Paulo e a Assembleia Legislativa enviassem explicações sobre a criação do modelo de escolas cívico-militares.

da Redação

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Setecidades **Página:** Capa + página 3